

**Universidade Federal de Uberlândia**  
**Instituto de Filosofia**  
**Graduação em Filosofia**

**Ítalo Pereira do Prado**

**ESPAÇO E TEMPO: DAVID HUME E A EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO  
FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DAS IDEIAS DE EXTENSÃO E DURAÇÃO**

**Uberlândia**  
**Março 2022**

**Ítalo Pereira do Prado**

**ESPAÇO E TEMPO: DAVID HUME E A EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO  
FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DAS IDEIAS DE EXTENSÃO E DURAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Graduação em  
Filosofia da Unversidade Federal de  
Uberlândia (UFU).**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos César Seneda.**

**Uberlândia**

**Março 2022**

**Ítalo Pereira do Prado**

**ESPAÇO E TEMPO: DAVID HUME E A EXPERIÊNCIA COMO PRINCÍPIO  
FUNDAMENTAL PARA A FORMAÇÃO DAS IDEIAS DE EXTENSÃO E DURAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Graduação em  
Filosofia da Universidade Federal de  
Uberlândia (UFU).**

**Orientador: Prof. Dr. Marcos César Seneda.**

**Uberlândia, 31 de março de 2022**

**Banca Examinadora:**

**Prof. Dr. Marcos César Seneda.**

**Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido**

---

**Prof. Dr. Marcos César Seneda**

**(orientador - UFU)**

---

**Prof. Dr. Humberto Aparecido de Oliveira Guido**

**(Examinador - UFU)**

*Este singelo trabalho é dedicado a Elis, que mesmo sem saber, foi quem me deu forças para chegar até aqui. Te amo, filha.*

## **AGRADECIMENTOS**

Minha eterna gratidão à toda minha família, a qual nunca poupou esforços para que eu entrasse e permanecesse na Universidade.

Ao Prof. Dr Marcos Seneda, que acreditou na minha capacidade intelectual e foi extremamente perseverante e paciente durante todo o processo.

*Tudo que a mente concebe claramente inclui a  
ideia da existência possível.*

*David Hume*

## **RESUMO**

Este trabalho é uma investigação sobre a análise das ideias de espaço e de tempo presentes no Livro 1, Parte 2, do *Tratado da Natureza Humana* de David Hume. O ponto de partida dessa pesquisa se encontra em evidenciar como a experiência é fundamental na construção dessas ideias pela mente. Como muito se fala sobre sua origem, é preciso descobrir se elas aparecem como abstratas ao sujeito. Tendo isso em vista, apresentarei como Hume encontra a natureza dessas ideias na sensibilidade e na percepção sensível, sendo elas sua única fonte de origem.

## **ABSTRACT**

This work is an investigation on the ideas of space and time presented in Book 1, Part 2 of David Hume's *A Treatise of Human Nature*. The starting point of this research is to evince how fundamental is the experience of the ideas constructed by the mind. As much is being said about its origins, it is needed to discover if they appear as abstract to the subject. Having this in sight, I will present how Hume finds the nature of these ideas on sensibility and on sensible perception, being their only source of origin.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 SOBRE A FORMAÇÃO DE NOSSAS IDEIAS.....</b>	<b>11</b>
<b>1.1 O PRINCÍPIO DA CÓPIA ENQUANTO MÉTODO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.2 A NEGAÇÃO DA DIVISIBILIDADE INFINITA.....</b>	<b>13</b>
<b>2 AS IDEIAS DE ESPAÇO E TEMPO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 A EXTENSÃO ENQUANTO IDEIA .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 A DURAÇÃO ENQUANTO IDEIA.....</b>	<b>18</b>
<b>3 A MENTE NÃO CONCEBE AS IDEIAS DE ESPAÇO E TEMPO DE FORMA ABSTRATA .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 A NOÇÃO DE ESPAÇO E TEMPO NÃO É INCOERENTE COM O PRINCÍPIO DA CÓPIA.....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 O ESPAÇO E O TEMPO DEVEM SER PREENCHIDOS POR ALGO REAL E EXISTENTE .....</b>	<b>24</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>29</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>31</b>



## INTRODUÇÃO

É a partir do horizonte filosófico proposto por David Hume que esta breve pesquisa se estrutura, tendo como principal intuito evidenciar a maneira pela qual a teoria do conhecimento proposta pelo jovem filósofo escocês compreende a formação das nossas ideias de espaço e tempo.

E como desde minha juventude sempre fui notoriamente intrigado pelo mistério inerente à origem de nossos pensamentos e conseqüentemente de nossas ideias, nada seria tão pertinente como a utilização do âmbito acadêmico para analisar uma parte extremamente fundamental e estrutural do nosso conhecimento, a saber, a maneira de constituição das ideias de espaço e tempo na mente humana.

Em Hume pude encontrar refúgio para minhas questões e devaneios, já que somente o exímio filósofo empirista foi capaz de trazer luz às minhas dúvidas recorrentes desde a infância. Ou seja, como a realidade é por nós concebida e compreendida, através de quais meios nosso conhecimento é formado? Como o trabalho de explorar todas essas questões recobriria toda a teoria do conhecimento apresentada pelo filósofo, tomei a liberdade de analisar as ideias que julgo essenciais na estrutura formal do saber humano, isto é, as ideias de espaço e tempo.

Eu jamais poderia utilizar da filosofia de Hume se o teor dessa pesquisa não fosse voltado para a constituição do conhecimento a partir da experiência. Isto é, neste trabalho, proponho uma análise da formação de nossas ideias de espaço e tempo inteiramente fundamentada na experiência sensível. Procurando mostrar que essas ideias não se dão como abstratas, mas muito pelo contrário, necessitam drasticamente do mundo exterior e da realidade empírica em sua formação.

Desse modo, para que esta pesquisa seja efetuada com maestria, utilizarei a principal e mais influente obra de David Hume, a saber, *O Tratado da Natureza Humana*<sup>1</sup>, obra que recobre toda teoria espacial e temporal posta pelo filósofo. E com isso, para que o leitor se encontre com tranquilidade no debate proposto por Hume, apresentarei a base estrutural de sua filosofia, o princípio da cópia. Método que fundamenta o modo de formação de todas as nossas ideias, inclusive as ideias de espaço e tempo.

A partir daí, com essa parte estrutural já evidenciada, buscarei apresentar como a formação de nossas ideias de espaço e de tempo estão enclausuradas na experiência, sendo

---

<sup>1</sup> O *Tratado da natureza humana* será aqui nomeado brevemente por *Tratado*, e será citado pela referência da tradução de Débora Danowski e pela edição Norton & Norton, a saber, Livro, Parte, Seção e Parágrafo.

concebidas através do objeto externo e da realidade e nunca através de entes abstratos. Para que isso seja provado, utilizarei da comentadora humeana Angela Coventry com a obra *Compreender Hume* (2009), e com os dois ensaios de Andrea Cachel, a saber, *A Ideia de Espaço no Tratado da Natureza Humana de Hume* (2017), e *Acepções do Tempo em Hume* (2020). A leitura e a releitura dos seus trabalhos me auxiliaram muito a escrever este TCC, por isso, deixo aqui registrado o meu agradecimento.

Espero, assim, com o auxílio dessa reflexão de cunho empirista, alcançar meu anseio de comprovar que nossas ideias de espaço e tempo estão diretamente ligadas e são inerentes à experiência sensível.

## 1 SOBRE A FORMAÇÃO DE NOSSAS IDEIAS

### 1.1 O PRINCÍPIO DA CÓPIA ENQUANTO MÉTODO

Para compreender a filosofia proposta por Hume, é preciso que a priori já exista a consciência de que se trata de um dos principais filósofos empiristas presentes na história do pensamento. Dito isso, é necessário compreender que seu ponto de partida para a análise filosófica se encontra inteiramente na experiência, sendo ela seu guia e sua única fonte de conteúdo para explicar e compreender a realidade.

Desse modo, como é comum em todo bom filósofo, Hume se propõe elaborar um método que apresente a origem do conhecimento humano. Esse método busca enfraquecer o inatismo metafísico, defendendo que toda a formação do conhecimento humano advém e está vinculada à experiência. É essa experiência sensível que fornecerá tudo o que concebemos a partir do entendimento, das paixões e da moral.

Tendo isso em mente, Hume julga necessário que essa análise parta da formação de nossas ideias, já que elas são o berço de todo o saber presente na nossa mente. Com esse anseio, o jovem filósofo empirista apresentará uma metodologia que se encarregará de elucidar a maneira pela qual nossas ideias são concebidas e formadas na mente.

Para que tal anseio seja alcançado, Hume irá mostrar que nossas percepções são separadas em dois gêneros, distinção que o filósofo caracteriza como impressões e ideias. Sendo que a sua diferença se fundamenta nos níveis de força e vividez pelo qual elas invadem a mente. Gilles Deleuze, que foi um grande estudioso de Hume, compreendeu com maestria a máxima humeana, afirmando que:

Nada se faz *pela* imaginação, tudo se faz *na* imaginação. Ela nem mesmo é uma faculdade de formar ideias: a produção da ideia pela imaginação é tão-só uma reprodução da impressão na imaginação. (DELEUZE, 2001, p. 13).

Desse modo, fica claro que, para Hume, as percepções que penetram no indivíduo com mais força e intensidade podem ser nomeadas de impressões, termo ao qual o filósofo submete todas as sensações, emoções e paixões em seu primeiro contato com o intelecto. Já as ideias, o filósofo denomina como as pálidas e fracas imagens dessas impressões no pensamento e no raciocínio. Este simples mas conciso princípio torna-se naturalmente evidente nas palavras de Hume: “Creio que não serão necessárias muitas palavras para explicar essa distinção. Cada um,

por si mesmo, percebe imediatamente a diferença entre sentir e pensar.” (HUME, 2009, p. 25 – T 1.1.1.1).

Além disso, Hume também propõe outra divisão entre as percepções sensíveis, divisão que emprega tanto as impressões como as ideias. Essa separação será posta pelo filósofo a partir de percepções simples e percepções complexas. De acordo com Hume, as percepções simples, sejam elas ideias ou impressões, são as que jamais aceitam alguma separação. Já as complexas, sempre podem ser separadas e distinguíveis. Hume apresenta um excelente exemplo que esclarece muito bem essa divisão:

Embora uma cor, um sabor e um aroma particulares sejam todas qualidades unidas nesta maçã, é fácil perceber que elas não são a mesma coisa, sendo ao menos distinguíveis umas das outras.” (HUME, 2009, p. 26 – T. 1.1.1.2)

É a partir dessa classificação que Hume visualiza um modo de executar o presente método com mais precisão, isto é, impor uma análise mais rigorosa ao se analisar os objetos em meio às suas qualidades e relações.

Com isso, Hume passa a considerar que as ideias se formam na mente como cópias das impressões, ou seja, para o filósofo, todas as nossas percepções são duplas, aparecendo primeiro como impressões e depois como ideias. Hume está dizendo para o seu leitor que a formação do conhecimento presente na mente ocorre inicialmente a partir desse espelhamento perceptivo. E o simples ato de visualizar algum objeto, já é capaz de acionar essa capacidade natural da mente. De acordo com o filósofo: “Quando fecho os olhos e penso em meu quarto, as ideias que formo são representações exatas das impressões que antes senti; e não há sequer uma circunstância naquelas que não se encontre também nessas últimas.” (HUME, 2009, p.27 – T. 1.1.1.3). Desse modo, fica evidente que essa operação mental se estabelece com muita facilidade, sendo possível notar que tal representação ocorre com todas as percepções. Hume então considera que as nossas ideias e impressões parecem sempre se correlacionarem de forma mútua, ou seja, as ideias se formam como cópias das impressões.

No entanto, o filósofo percebe a necessidade de uma análise mais criteriosa para consolidar tal máxima, sendo preciso utilizar da divisão das percepções em simples e complexas para provar que as ideias e as impressões são similares. É nesse intuito que o filósofo examina e descobre que grande parte das ideias complexas presentes na mente jamais tiveram uma impressão correspondente, e também, que várias impressões complexas nunca são copiadas de forma exata como ideias. Com isso, Hume observa que a nossa imaginação é capaz de agir à seu modo, nos levando facilmente a pensar em uma cidade coberta de ouro e rubi sem nunca

ter vivenciado nenhuma cidade assim. E ao mesmo tempo, nota que até uma cidade real vista e sentida pelo indivíduo, pode não constituir ideias precisas que representem perfeitamente determinada cidade.

Tudo isso para mostrar que mesmo existindo grande semelhança entre as impressões e as ideias complexas, não é sempre que elas se correspondem mutuamente. No entanto, já com as percepções simples, Hume é incisivo em afirmar que toda ideia simples possui uma impressão simples da mesma natureza, e que toda impressão simples gera uma ideia semelhante e correspondente.

Após o exame mais rigoroso de que sou capaz, arrisco-me a afirmar que, aqui, a regra não comporta exceção, e que toda ideia simples tem uma impressão simples que a ela se assemelha; e toda impressão simples, uma ideia correspondente.” (HUME, 2009, p. 26 – T. 1.1.1.2).

Essa afirmação é clara e evidente aos olhos de Hume, já que de acordo com o filósofo, a ideia de vermelho que possuímos mentalmente e sua impressão formada quando se olha para o sol, são distintas somente em grau mas não em natureza.

Com isso, Hume consolida essa posição e afirma a universalidade desse princípio, mostrando que, se houver alguma dúvida em relação a esta máxima, seja então apresentada uma impressão simples que não tenha uma ideia correspondente e vice-versa. Como isso é quase impossível, é necessário a aceitação da conclusão humeana, a saber, que as ideias e impressões simples são sempre semelhantes e correspondentes, e já que as ideias e impressões complexas são formadas a partir dessas últimas, é possível afirmar que essas duas percepções sempre se correspondem mutuamente.

Essa é a base de toda a filosofia de Hume, o princípio da cópia, e esse princípio se encarregará de estruturar toda proposta filosófica evidenciada pelo empirista, inclusive a formação das ideias de espaço e de tempo, tema central do presente trabalho, as quais, assim como todo o arcabouço filosófico de Hume, se fundamentará a partir da seguinte proposição: “que *todas as nossas ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão*” (HUME, 2009, p. 28 – T. 1.1.1.7).

## **1.2 A NEGAÇÃO DA DIVISIBILIDADE INFINITA**

Tendo em vista o claro entendimento sobre a formação das ideias de espaço e de tempo, é preciso que *a priori* já exista a compreensão de que o ponto de partida de Hume se encontra

na crítica à doutrina da divisibilidade infinita. É partindo dessa análise que o filósofo se encarregará de apresentar a mente humana com uma capacidade limitada, isto é, ela jamais é capaz de gerar uma noção completa e adequada do infinito.

É sempre pela experiência que Hume se orienta para efetuar seu exercício filosófico, e com a crítica à teoria da divisibilidade infinita não ocorre de outra forma. De acordo com o filósofo, a própria observação habitual da experiência já é capaz de evidenciar essa limitação natural da mente. E já que é impossível a concepção completa do infinito, de imediato o filósofo afirma que também é evidente que tudo aquilo que é suscetível de ser dividido ao infinito tem de possuir um número infinito de partes. Ora, isso jamais seria possível, já que ao determinar qualquer limite para o número de partes, a própria divisão se tornaria limitada. Hume afirma o seguinte:

Não há necessidade de grandes raciocínios para se concluir daí que a *ideia* que formamos de uma quantidade finita qualquer não é infinitamente divisível; ao contrário, mediante distinções e separações apropriadas, podemos resolver essa ideia em ideias inferiores perfeitamente simples e indivisíveis.” (HUME, 2009, p. 52 – T. 1.2.1.2).

De acordo com o filósofo, quando se compreende a limitação da mente rejeitando sua capacidade infinita, talvez seja possível alcançar um limite na divisão de suas ideias. Angela Coventry, estudiosa da obra do filósofo, faz a seguinte observação:

Hume argumenta que nenhuma ideia de qualquer quantidade finita, qualquer objeto físico, admite uma divisão infinita. A mente, devido à sua capacidade finita, sempre alcança um espaço final da divisão de suas ideias” (COVENTRY, 2009, p. 81).

Sendo certo que a imaginação atinge um mínimo, é possível conceber uma ideia que não pode ser subdividida, ou seja, não pode ser diminuída sem que ocorra sua total aniquilação. Hume apresenta um exemplo excelente, que elucida esse fato com maestria:

Quando alguém me fala da milésima parte e da décima milésima parte de um grão de areia, faço uma ideia distinta desses números e de suas diferentes proporções; mas as imagens que formo em minha mente para representar essas próprias coisas em questão não diferem em nada uma da outra, e tampouco são inferiores à imagem pela qual represento o próprio grão de areia, que supostamente excede a ambas em tamanha proporção. Tudo que é composto de partes é distinguível nessas partes, e tudo que é distinguível é separável. Mas o que quer que possamos imaginar da coisa mesma, a ideia de um grão de areia não é distinguível, nem separável em vinte, e menos ainda em mil, dez mil, ou em um número infinito de ideias diferentes.” (HUME, 2009, p. 52-53 – T 1.2.1.3).

É notável a clareza da análise de Hume, que traz ao seu leitor a possibilidade da simples compreensão de que existe um mínimo no qual uma ideia pode ser subdividida sem que ocorra a sua extinção. Desse modo, mostra a impossibilidade da capacidade infinita da mente, ou seja, a mente não é capaz de dividir uma ideia infinitamente. Com isso, Hume afirma que essa limitação, que é inerente às ideias da imaginação, também ocorre com as impressões sensíveis, que também podem ser submetidas ao mesmo critério. Para que isso também seja comprovado, o filósofo sugere o seguinte teste:

Fazei uma pequena mancha de tinta sobre uma folha de papel, fixai nela os olhos e afastai-vos gradativamente, até uma distância em que finalmente não mais a enxergueis. É claro que, no momento que precedeu seu desaparecimento, a imagem ou impressão era perfeitamente indivisível. Não é por falta de raios de luz atingindo nossos olhos que as partes diminutas dos corpos distantes não transmitem nenhuma impressão sensível, e sim porque elas estão além da distância em que suas impressões estavam reduzidas a um mínimo e eram incapazes de sofrer qualquer outra diminuição.” (HUME, 2009, p. 53 – T. 1.2.1.4).

A partir desse exemplo, é possível notar que também existe uma limitação nas impressões sensíveis, sendo que, assim como as ideias, elas se reduzem a um mínimo no qual não podem ser subdivididas sem que ocorra a sua aniquilação. Desse modo, fica evidente que essa afirmação sobre os limites perceptivos apresentados por Hume comprova a impossibilidade da divisibilidade infinita, possibilitando, por conseguinte, que o filósofo alcance os meios com os quais possa elaborar sua tese sobre a formação das ideias de espaço e de tempo.

## 2 AS IDEIAS DE ESPAÇO E TEMPO

### 2.1 A EXTENSÃO ENQUANTO IDEIA

Tendo em evidência a crítica de Hume à doutrina da divisibilidade infinita, deve-se compreender um ponto fundamental dentro da análise do jovem filósofo empirista. Isto é, como as nossas ideias representam seus objetos de forma correspondente, todas as relações e contradições presentes em um, devem necessariamente estar presentes no outro. De acordo com o filósofo, se observarmos universalmente tal fato, veremos que esse é o fundamento de todo o conhecimento humano.

É partindo desse princípio que Hume apresenta que todas as nossas ideias são representações adequadas das menores partes da extensão, e mesmo com as inúmeras divisões feitas para alcançar esse mínimo, essas partes jamais poderão ser inferiores às ideias que formamos. Isto é, a ideia de espaço, formada na imaginação, não é infinitamente divisível e não é composta por um número infinito de partes, já que isso ultrapassaria o domínio da limitada capacidade da mente<sup>2</sup>. Esse limite se encontra na experiência sensível e em sua natural capacidade perceptiva.

Já com essa noção estabelecida, Hume declara:

Eis, portanto, uma ideia de extensão, que se compõe de partes ou ideias inferiores perfeitamente indivisíveis; conseqüentemente, essa ideia não implica contradição; conseqüentemente, é possível que a extensão exista realmente conforme a essa ideia; (...)" (HUME, 2009, p. 58 – T. 1.2.3.9).

É justamente nessa noção de um limite perceptivo inerente à mente humana que Hume aposta para estruturar sua filosofia espacial, sempre buscando um estratégico refúgio na experiência. Para que isso seja feito, o filósofo apresenta ao seu leitor como a ideia de espaço é por nós formada de modo muito simples e natural:

Ao abrir meus olhos e dirigir o olhar para os objetos à minha volta, percebo vários corpos visíveis; quando novamente os fecho, e considero a distância

---

<sup>2</sup> “A necessidade de uma parte indivisível da extensão é inferida a partir da construção da ideia de extensão.” (BITTENCOURT, 2019, p. 9). Aqui é possível notar que Hume utiliza a própria ideia de extensão para justificar a impossibilidade de dividir infinitamente o extenso. Isto é, sendo impossível dividir a ideia de espaço ao infinito, é preciso se considerar a impossibilidade de dividir o extenso infinitamente, uma vez que, de acordo com Hume, todas as relações e contradições presentes na ideia devem necessariamente estar presentes no objeto.



entre esses corpos, adquiro a ideia de extensão.” (HUME, 2009, p. 59 – T. 1.2.3.2).

Nota-se que o filósofo utiliza de sua principal máxima para estabelecer sua noção sobre a ideia de espaço, a saber, que toda ideia é derivada de uma impressão similar. E as impressões correspondentes a essa ideia de extensão só podem ser geradas pelas percepções e pelos sentidos: “A ideia de espaço é transmitida à mente por dois sentidos, a visão e o tato; nada jamais parecerá extenso se não for visível ou tangível” (HUME, 2009, p. 64 – T 1.2.4.15). Ora, essa ideia jamais poderia ser constituída a partir das impressões de reflexão, como as paixões e as emoções. Por isso, é preciso que se encontre qual impressão transmite aos sentidos essa ideia espacial, de acordo com Hume, somente dessa forma é possível definir qual é a sua natureza.

É claro que o filósofo encontra na experiência a resposta para essa difícil e intrigante questão, já que ela se dá em sua filosofia como a única fonte de conhecimento, sendo o principal guia em toda análise. Desse modo, Hume considera que a simples visão de uma mesa percebida pelo indivíduo já é suficiente para a construção da ideia de extensão. Com isso, é possível notar que mais uma vez o filósofo mostra naturalidade na concepção dessa ideia, vinculando-a diretamente aos sentidos e à experiência.

Mesmo assim, ainda é preciso descobrir de qual impressão a ideia de espaço é obtida, ou seja, é necessário encontrar a fonte dessa ideia, evidenciando qual impressão lhe é correspondente. Tendo isso em vista, Hume afirma que os sentidos nos transmitem apenas as impressões de pontos coloridos percebidos em uma determinada ordem, observando que:

Se há alguma coisa mais a que o olho é sensível, gostaria que me fosse apontada; se isso não for possível, poderemos concluir com segurança que a ideia de extensão não é senão uma cópia desses pontos coloridos, e do modo como aparecem (HUME, 2009, p. 60 – T. 1.2.3.4).

Isso mostra que Hume encontra na disposição dos pontos coloridos a impressão que gera a ideia de espaço, isto é, ela se instaura na mente como uma cópia desses pontos percebidos através das percepções sensíveis. Angela Coventry, que compreende bem essa posição humeana, afirma o seguinte:

Os sentidos nos transmitem as impressões destes pontos indivisíveis, organizados de uma forma ou de outra. Estas impressões são, então, compreendidas ou concebidas pela imaginação, e é das estruturas dessas impressões que obtemos nossa ideia de espaço.” (COVENTRY, 2009, p. 84).

Nota-se claramente a intrínseca necessidade da experiência em toda operação, sendo ela sua principal e única causa. De acordo com o filósofo, é dessa extraordinária composição dos pontos coloridos e tangíveis que surge a ideia de extensão:

A visão da mesa à minha frente é suficiente para me dar a ideia de extensão. Essa ideia, portanto, é obtida de alguma impressão, que ela representa, e que aparece neste momento aos sentidos. Mas meus sentidos me transmitem somente as impressões de pontos coloridos, dispostos de uma certa maneira. Se há alguma coisa mais a que olho é sensível, gostaria que me fosse apontada; se isso não for possível, poderemos concluir com segurança que a ideia de extensão não é senão uma cópia desses pontos coloridos, e do modo como aparecem.” (HUME, 2009, p. 59-60 – T. 1.2.3.4).

Em suma, Hume está trazendo para o seu leitor uma nova capacidade natural da mente na concepção da ideia de extensão. Isto é, a partir da semelhança e disposição dos pontos coloridos que são por nós habitualmente concebidos através das impressões, torna-se possível a formação de uma ideia geral desses pontos. Essa ideia nada mais é que a ideia de espaço. E mesmo que ela possa ser encarada como abstrata, é possível notar em sua concepção uma necessidade fundamental da experiência sensível, necessidade que talvez possa negar o seu abstracionismo, hipótese que evidenciarei no decorrer deste breve tratado. Mas primeiro tomemos em análise a formação da ideia de tempo, que também carrega consigo certa abstração, mas assim como a ideia de espaço, está diretamente ligada aos sentidos e à experiência.

## **2.2 A DURAÇÃO ENQUANTO IDEIA**

Pensando no modo de aparição da ideia de tempo, Hume considera que, assim como ocorre com a ideia de espaço, é igualmente impossível que exista uma divisão infinita no tocante ao tempo, seja na imaginação, seja no objeto externo. De acordo com o filósofo, a impossibilidade da divisibilidade infinita do espaço já é suficiente para provocar a do tempo. Para que isso seja provado, Hume sustenta o seguinte:

Uma propriedade inseparável do tempo, e que constitui de certa maneira a sua essência, é que suas partes são todas sucessivas, nenhuma delas podendo coexistir com outra, ainda que sejam contíguas. A mesma razão pela qual o ano de 1737 não pode coincidir com o presente ano de 1738 faz que todo momento deva ser distinto de outro, isto é, deva ser posterior ou anterior a ele.” (HUME, 2009, p. 57 – T. 1.2.2.4).

Partindo dessa afirmação, é possível perceber que Hume encontra um limite na constituição da ideia de tempo, que assim como a ideia de extensão, não pode ser dividida infinitamente e se encontra exclusivamente na experiência. Ora, se isso fosse possível, como o fim da divisão jamais ocorreria, Hume afirma que haveria um número infinito de momentos ou até mesmo partes temporais coexistentes. Não sendo necessário grandes raciocínios para denotar que isso seria uma clara contradição.

Desse modo, após a descoberta de que o tempo é constituído por momentos indivisíveis, o filósofo passa à análise de sua principal característica, particularidade que, segundo Hume, se encontra em sua formação através de partes sucessivas. É evidente que, como se dá com a ideia de espaço, a temporalidade é por nós apreendida através das percepções sensíveis, tendo como único fundamento a experiência. Sendo assim, Hume considera que:

Assim como recebemos a ideia de espaço da disposição dos objetos visíveis e tangíveis, assim também formamos a ideia de tempo partindo da sucessão de nossas ideias e impressões. O tempo, por si só, jamais pode aparecer nem ser notado pela mente. Um homem mergulhado em sono profundo, ou intensamente ocupado com um só pensamento, é insensível ao tempo; e conforme suas percepções sucedam umas às outras com uma rapidez maior ou menor, a mesma duração parecerá mais longa ou mais curta para sua imaginação” (HUME, 2009, p. 61 – T. 1.2.3.7).

Com isso, é notável observar que Hume fundamenta a noção de tempo pelo mesmo viés que estrutura a ideia de espaço. Isto é, mesmo que ela porte consigo certa abstração, ela não pode ser dividida infinitamente, encontrando seu limite na experiência. Em outras palavras, Hume está considerando que as impressões provedoras da ideia de tempo devem necessariamente se estruturar através de qualidades e quantidades precisas e determinadas. Tendo isso em mente, Angela Coventry sustenta o seguinte:

A ideia de tempo é uma cópia de impressões, à medida que são percebidas pela mente na sua velocidade fixa. Considerando que a ideia de tempo é derivada de uma sucessão de percepções indivisíveis, não podemos conceber o tempo sem experienciar uma sucessão de objetos mutáveis, precisamos de um grupo de percepções sequenciais para poder chegar à ideia de tempo. (COVENTRY, 2009, p. 85).

Quando a comentadora da obra humeana fala sobre uma velocidade fixa das percepções apreendidas pela mente, ela não está discordando da posição de Hume sobre a existência de

percepções mais curtas ou mais longas na imaginação. Pelo contrário, ela está evidenciando a limitação da mente defendida pelo filósofo. Esse limite se encontra na experiência sensível e em sua natural capacidade perceptiva, sendo impossível ultrapassar essa sua limitação original. Para comprovar isso, Hume afirma o seguinte:

Se fizermos girar rapidamente um pedaço de carvão incandescente, a imagem que irá se apresentar aos sentidos será a de um círculo de fogo. Não se notará nenhum intervalo de tempo entre suas revoluções, e isso simplesmente porque é impossível que nossas percepções se sucedam umas às outras com a mesma rapidez com que o movimento é comunicado aos objetos externos. Quando não temos percepções sucessivas, não temos nenhuma noção de tempo, mesmo que exista uma sucessão real nos objetos.” (HUME, 2009, p. 61 – T. 1.2.3.7).

Ou seja, de acordo com o filósofo, quando a mente não capta percepções sucessivas, é impossível que a ideia de tempo seja gerada, mesmo que haja uma sucessão real nos objetos. Com isso em mente, Hume estabelece que o tempo jamais pode ser concebido pela mente a partir de um objeto fixo e imutável. Na verdade, segundo o filósofo: “ele sempre é descoberto em virtude de alguma sucessão *perceptível* de objetos em mudança.” (HUME, 2009, p. 61 – T. 1.2.3.7).

Para comprovar este fato, Hume traz outro argumento, que, segundo o filósofo, é suficiente para confirmar com maestria sua análise sobre a concepção da temporalidade na mente. Hume afirma “[...] que o tempo ou duração é composto de partes diferentes – pois, de outro modo, não seríamos capazes de conceber durações mais longas ou mais curtas.” (HUME, 2009, p. 61 – T. 1.2.3.8). Sendo assim, é certo que essas partes não são coexistentes, já que, de acordo com o filósofo, essa é uma particularidade determinante da noção de espaço, sendo exclusivamente o que a separa da duração. Levando em conta essa evidência, Hume sustenta o seguinte:

Ora, como o tempo é composto de partes não coexistentes, um objeto invariável, que produz apenas impressões coexistentes, não produz nenhuma impressão capaz de nos dar a ideia de tempo. Consequentemente, essa ideia tem de ser derivada de uma sucessão de objetos em mudança. Em sua primeira aparição, o tempo não pode ser separado de tal sucessão (HUME, 2009, p. 62 – T. 1.2.3.8).

À vista disso, fica claro que, para Hume, o tempo, em sua primeira aparição à mente, realiza-se sempre em junção com uma sucessão de percepções, sem essa variação, a mente jamais seria capaz de conceber a temporalidade. Sendo isso demonstrado e comprovado, Hume

vai além, buscando agora analisar se é possível conceber a duração sem uma sucessão de objetos, e se existe uma ideia de tempo distinta na imaginação.

Para que essa análise ocorra, Hume aplica seu princípio da separabilidade, para observar se dois objetos juntos na impressão podem ser separados na ideia. Pois, de acordo com o filósofo, tudo o que é diferente é distinguível, e conseqüentemente tudo o que é distinguível pode ser separado. Hume levanta tal máxima para examinar a possibilidade de se extrair uma ideia distinta de tempo a partir das impressões sucessivas que se originariam dele. Tal perspectiva é evidentemente impossível, já que, segundo Hume:

A ideia de tempo não é derivada de uma impressão particular misturada a outras, das quais seria claramente distinguível. Ela surge exclusivamente da maneira como as impressões aparecem à mente, sem ser uma delas. Cinco notas tocadas numa flauta nos dão a impressão e a ideia de tempo – embora o tempo não seja uma sexta impressão, que se apresentaria à audição ou a algum outro sentido. Tampouco é uma sexta impressão que a mente encontraria dentro de si pela reflexão. Esses cinco sons, que aparecem dessa maneira particular, não despertam nenhuma emoção na mente, nem produzem algum tipo de afeto cuja observação pudesse gerar uma nova ideia. (HUME, 2009, p. 62-63 – T. 1.2.3.10).

Desse modo, é evidente que, para Hume, assim como na concepção da ideia de espaço, a ideia de tempo não aparece na mente como se fosse originada de uma impressão distinta. Segundo o filósofo, mesmo que a mente consultasse inúmeras vezes todas as suas ideias de sensação, ela jamais conseguiria retirar dessa análise uma nova ideia original. Na verdade, de acordo com Hume, “aqui a mente percebe apenas a *maneira* como os diferentes sons fazem sua aparição; e essa maneira, ela pode posteriormente considerá-la sem considerar os sons particulares, conjugando-a com qualquer outro objeto.” (HUME, 2009, p. 63 – T 1.2.3.10). É claro que as ideias de alguns objetos ela tem de possuir, ou seja, é necessário que exista um contato direto com a experiência para que a dimensão da temporalidade ocorra na mente. Estando isto estabelecido, Hume faz a seguinte observação:

O tempo, portanto, uma vez que não aparece como uma impressão primária distinta, não pode evidentemente ser outra coisa que diferentes ideias, impressões ou objetos, dispostos de uma certa maneira, isto é, sucedendo-se uns aos outros. (HUME, 2009, p. 63 – T. 1.2.3.10).

Sendo assim, a partir da presente investigação, torna-se possível compreender o parâmetro utilizado por Hume para estabelecer o modo de formação da ideia de tempo, a qual, assim como o extenso, não se encontra como uma ideia originada de modo distinto na mente.

Ao contrário, ela é concebida na imaginação a partir da disposição sucessiva de objetos em mudança, ou seja, é nessa *sucessão* de objetos que a temporalidade é formada na imaginação. Essa teoria da duração se assemelha à concepção da extensão, que mesmo com o possível caráter abstrato, sempre ocorre a partir da experiência sensível e está diretamente ligada aos sentidos.

### **3 A MENTE NÃO CONCEBE O ESPAÇO E O TEMPO DE FORMA ABSTRATA**

#### **3.1 A NOÇÃO DE ESPAÇO E TEMPO NÃO É INCOERENTE COM O PRINCÍPIO DA CÓPIA**

Tendo em vista a principal máxima humeana, a saber: “que todas as nossas ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão” (HUME, 2009, p. 28 – T. 1.1.1.7), é possível notar que, em relação às ideias de espaço e tempo, existe uma complexidade maior na aplicação desse princípio. No ambiente filosófico, muito se fala que Hume, ao elaborar sua teoria sobre o espaço e o tempo, fez uma exceção ao princípio da cópia, método que deveria abarcar toda a sua proposta filosófica.

No entanto, mesmo em meio a essas objeções, Hume não abandona sua principal proposição. Na verdade, assim como em todo seu arcabouço filosófico, ela não só fundamenta como comprova toda a sua análise, evidenciando que o filósofo jamais se desviou de sua máxima geral. Todas essas objeções provêm do fato da não existência de uma impressão distinta do espaço e do tempo, em outras palavras, tanto a ideia de espaço como a do tempo não possuem uma impressão única que lhes seja correspondente.

Contudo, tal fato não é suficiente para comprovar a inconsistência do princípio da cópia na análise humeana, uma vez que, de acordo com Hume, mesmo não existindo uma impressão distinta do espaço e do tempo, é possível encontrar a impressão simples que gera tanto a extensão como a duração. Angela Coventry, que compreende muito bem essa posição humeana, afirma o seguinte:

Isso acontece porque ele acha a impressão simples de um ponto indivisível ou momento como sendo a origem da ideia do espaço e tempo. Experimentar um conjunto de percepções simples e indivisíveis, numa determinada maneira ou ordem, nos ajuda a derivar a ideia de espaço. O tempo é uma outra maneira na qual duas ou mais percepções mínimas temporárias ou momentos são ordenados ou organizados entre si. (COVENTRY, 2009, p. 103).

Tanto a partir dessa afirmação, como no que foi evidenciado no decorrer do texto, é possível notar que o filósofo encontra a impressão simples que representa a extensão em sua primeira aparição à mente. Ora, se isso é demonstrado, fica claro que os pontos simples e indivisíveis não só compõem o espaço, como comprovam a coerência do princípio da cópia

com a noção espacial humeana. Já que a impressão que gera o extenso se encontra nos pontos simples e indivisíveis, e o conjunto dessas percepções simples são responsáveis pela concepção da ideia de espaço, confirma-se, assim, a fundamental máxima humeana, isto é: “que *todas as nossas ideias simples, em sua primeira aparição, derivam de impressões simples, que lhes correspondem e que elas representam com exatidão*” (HUME, 2009, p. 28 – T. 1.1.1.7).

### **3.2 O ESPAÇO E O TEMPO DEVEM SER PREENCHIDOS POR ALGO REAL E EXISTENTE**

Tendo em vista a prova da coerência do princípio da cópia na formação das ideias de espaço e tempo proposta pelo célebre filósofo empirista escocês, agora é preciso que, mais uma vez, sejam obtidas a compreensão e a evidência de que essas ideias se formam na mente exclusivamente através das percepções sensíveis. Em razão disso, devem necessariamente estar vinculadas a objetos extensos provenientes da experiência. Ora, se a realidade sensível é fundamental na formação das ideias de espaço e tempo, essas ideias não podem ser tomadas como abstratas, pelo contrário, elas se formam e se fundamentam na mente através de percepções existentes.

Desse modo, para que isso seja provado, é preciso lembrar um dos princípios fundamentais na teoria espacial de Hume, a saber, que a mente possui uma capacidade perceptiva limitada e não pode conceber adequadamente noções do infinito, seja nas impressões ou nas ideias. Como já foi apresentado no decorrer do texto, a própria observação da experiência já é capaz de nos apresentar essa limitação mental, sendo impossível que ocorra qualquer divisão ao infinito, já que, de acordo com Hume:

(...) a *ideia* que formamos de uma quantidade finita qualquer não é infinitamente divisível; ao contrário, mediante distinções e separações apropriadas, podemos resolver essa ideia em ideias inferiores perfeitamente simples e indivisíveis. (HUME, 2009, p. 52 – T. 1.2.1.2).

Essa visão humeana fica bem clara em dois exemplos práticos apontados pelo autor. Tendo em vista as ideias da imaginação, ele menciona a impossibilidade de se dividir infinitamente a ideia de um grão de areia sem que ocorra a aniquilação da ideia. Já no caso das impressões, com o exemplo da mancha de tinta, essa limitação também é notada na impossibilidade que a mente encontra em subdividir ao infinito uma impressão sensível.



Novamente é possível estabelecer com clareza essa limitação mental. Isto é, de acordo com Hume, a mente não é capaz de estabelecer uma divisão ao infinito, sendo enclausurada na experiência a partir do objeto extenso, e no mínimo perceptivo que é inerente à sua natureza.

Desse modo, quando se aplica a noção da impossibilidade de divisão ao infinito, junto do limite perceptivo natural da mente, tanto na formação da ideia de espaço como na produção da ideia de tempo, é possível observar que elas não são obtidas como abstratas.

O primeiro argumento que comprova este fato se encontra na própria formação da ideia de espaço, que como já foi evidenciado anteriormente, se forma através dos pontos indivisíveis coloridos e tangíveis e da forma que eles se organizam para a mente:

Suponhamos que, no objeto extenso, isto é, na composição de pontos coloridos da qual recebemos pela primeira vez a ideia de extensão, os pontos fossem de cor púrpura. Segue-se que, cada vez que repetíssemos essa ideia, nós não apenas iríamos dispor os pontos na mesma ordem, mas iríamos ainda atribuir-lhes essa cor precisa, a única que, por hipótese, conhecemos. Mas depois de termos experimentado também as outras cores – violeta, verde, vermelho, branco, preto, bem como todas as suas combinações –, e de termos encontrando uma semelhança na disposição dos pontos coloridos de que são compostas, omitimos, tanto quanto possível, as peculiaridades relativas à cor, e construímos uma ideia abstrata baseados apenas naquilo em que elas concordam: na disposição de seus pontos, ou seja, no modo como estes aparecem. (HUME, 2009, p. 60 – T. 1.2.3.5).

Toda a discussão sobre o abstracionismo dessas ideias gira em torno da não existência de uma impressão distinta tanto do espaço como do tempo, o que as colocaria como abstratas. Mesmo assim, é possível observar que Hume não as considera dessa maneira, já que, para o filósofo, não existem ideias abstratas ou gerais:

*(...) algumas ideias são particulares em sua natureza, mas gerais pelo que representam.* Uma ideia particular se torna geral quando a vinculamos a um termo geral – isto é, a um termo que, por uma conjunção habitual, relaciona-se com muitas outras ideias particulares, evocando-as prontamente na imaginação. (HUME, 2009, p. 46 – T. 1.1.7.10).

Ou seja, todas as ideias que possuem esse caráter abstrato, na verdade, são ideias individuais, que pela necessidade imposta pela experiência e pelo entendimento, se vinculam à termos gerais. Tendo isso em vista, Hume afirma o seguinte:

As ideias abstratas são, portanto, individuais em si mesmas, embora possam se tornar gerais pelo que representam. A imagem na mente é apenas a de um

objeto particular, ainda que a apliquemos em nosso raciocínio exatamente como se ela fosse universal. (HUME, 2009, p. 44 – T. 1.1.7.6).

Esse é precisamente o caso das ideias de espaço e tempo, elas somente se tornam universais, abstratas ou gerais, quando o próprio raciocínio assim o exige. Na verdade, elas são ideias particulares e individuais, que se fundamentam exclusivamente no objeto extenso posto pela experiência. E com isso, devem necessariamente se formar por entes reais e existentes. Andrea Cachel, estudiosa da obra humeana, compreende bem essa proposta do filósofo, afirmando o seguinte:

Não seria possível considerar o espaço em si mesmo e achar que ele pode ser separado das qualidades que o acompanham e da percepção dessas qualidades. Na medida em que a origem da ideia de espaço estaria ligada aos objetos sensíveis, portanto em ato perceptivo, o espaço não poderia subsistir sem percepção (CACHEL, 2017, p. 17).

Em relação à ideia de espaço ou extenso, Hume afirma que essa realidade é composta pelos pontos indivisíveis, coloridos e tangíveis e pela forma pela qual eles se organizam: “A ideia de espaço é transmitida à mente por dois sentidos, a visão e o tato; nada jamais parecerá extenso se não for visível ou tangível” (HUME, 2009, p. 64 – T 1.2.4.15). Ou seja, a imaginação ainda concebe apenas a ideia de um objeto particular, mesmo que a natureza da mente a eleve à um termo geral.

Quando se pensa na ideia de tempo ou duração, ocorre da mesma maneira. Ora, a ideia de tempo nada mais é que o objeto extenso em constante mudança, ela se forma na mente humana através da sucessão de objetos imutáveis. Novamente, Cachel com sua exímia compreensão da obra de Hume, elucida muito bem esse posicionamento do autor, fazendo a seguinte afirmação:

(...) a definição humeana de tempo pressupõe uma diversidade de impressões. E, mais do que isso, exige uma variação, considerando que duas impressões sem variação ofereceriam a ideia de contiguidade e não de sucessão (CACHEL, 2020, p. 107).

De acordo com Hume, se assim não o fosse, jamais teríamos qualquer noção de tempo: “Assim como recebemos a ideia de espaço da disposição dos objetos visíveis e tangíveis, assim também formamos a ideia de tempo partindo da sucessão de nossas ideias ou impressões.” (HUME, 2009, p. 61 – T. 1.2.3.7). Com isso, é possível perceber que o mesmo que se dá com

a ideia de espaço, ocorre com a ideia de tempo, isto é, não existe abstração, a mente ainda concebe uma ideia individual e particular, mesmo que a imaginação a vincule a um termo geral.

Outro argumento que me parece bastante decisivo para comprovar a não abstração dessas ideias, assim como a capacidade habitual e natural da mente para “colaborar” com o raciocínio, se encontra na seguinte afirmação de Hume: “A palavra desperta uma ideia individual, juntamente com um certo costume; e esse costume produz qualquer outra ideia individual que se faça necessária.” (HUME, 2009, p. 45 – T.1.1.7.7). Ou seja, mesmo que exista a necessidade da forma de disposição dos pontos coloridos e tangíveis, no caso do extenso, e da sucessão de percepções, no caso da duração, ainda assim é uma ideia individual que está em jogo. Essa forma organizacional dos pontos indivisíveis apenas afirma um costume natural da mente, e não uma abstração.

Hume afirma que a mente trabalha com o que lhe convém, aplicando esse costume habitual quase que involuntariamente, o que não comprova um abstracionismo e sim uma capacidade natural da mente. Pensando em enfatizar mais uma vez esse hábito e costume mental, o filósofo afirma que a razão não efetua a distinção daquilo que não é realmente separável, ela somente esquematiza um processo de comparação e de relação. Por exemplo, quando elabora a distinção entre figura e corpo figurado, ocorre um exercício de observação de objetos semelhantes até que seja possível, por comparação, distinguir a figura da cor. Torna-se clara essa concepção humeana no seguinte exemplo:

(...) quando se nos apresenta um globo de mármore branco, recebemos apenas a impressão de uma cor branca disposta em uma certa forma, não sendo capazes de separar nem distinguir a cor da forma. Mas, observando, em seguida, um globo de mármore negro e um cubo de mármore branco, e comparando-os com nosso primeiro objeto, encontramos duas semelhanças separadas, naquilo que antes parecia, e realmente é, completamente inseparável. (HUME, 2009, p. 49 – T.1.1.7.18).

Ou seja, através do hábito e de uma prática comum à mente, torna-se possível diferenciar a forma da cor por meio do que o filósofo caracteriza como distinção de razão. O mesmo se dá no caso da formação da ideia de espaço, e conseqüentemente com a ideia de tempo, sendo possível chegar à forma de aparição dos pontos eliminando a sua cor, por uma relação entre várias experiências sensíveis e não por abstração.

Para Hume, seria como se a mente se adaptasse a essa operação, e, mediante a repetição do procedimento para o qual a experiência nos impele, a executasse naturalmente. Essa operação jamais pode ser considerada abstrata, já que sempre está ligada ao objeto extenso junto

de seus pontos coloridos e tangíveis. E deve também se vincular sempre na maneira em que esses pontos se dispõem à percepção, o que não prova uma abstração, mas, muito pelo contrário, elucida uma grande capacidade da mente em se adaptar à experiência e à sensibilidade, distinguindo, relacionando, e organizando a seu modo as ideias particulares, colocando-as como gerais por costume e por hábito, na medida em que isso se faz necessário, mas nunca extinguindo sua particularidade. Assim fica comprovado de maneira incontornável a clara e total dependência da experiência e das percepções sensíveis, que precisam estar postas não só na origem das ideias concebidas, mas também precisam integrar a sua natureza.

## CONCLUSÃO

A capacidade da mente não é infinita; conseqüentemente, nenhuma ideia de extensão ou duração consiste em um número infinito de partes ou ideias inferiores, mas sim em um número finito de partes ou ideias simples e indivisíveis. É possível, portanto, que o espaço e o tempo existam em conformidade com essa ideia. (HUME, 2009, p. 65 – T. 1.2.4.1).

Essa é máxima que recobre toda a análise de Hume acerca do espaço e do tempo, sendo a partir da finitude presente tanto na mente quanto nessas ideias que o filósofo estrutura essa brilhante parte de seu robusto arcabouço filosófico.

Ora, o que Hume mais anseia é apresentar como essa indivisibilidade fundamenta e comprova a formação dessas ideias como diretamente ligadas à experiência, sendo ela sua principal e única fonte.

Hume está mostrando a seu leitor que tanto a ideia de espaço como a de tempo têm origem na realidade, isto é, no mundo sensível, na experiência. Desse modo, de acordo com o filósofo, essas duas ideias são inferidas como reais e não como abstratas. Ou seja, tanto a extensão como a duração de quaisquer objetos dependem fundamentalmente do curso da natureza e da experiência<sup>3</sup>.

Foi a partir dessa visão humeana que toda essa pesquisa se estruturou, ou seja, com o intuito de apresentar a extrema importância da experiência na constituição dessas ideias pela mente. Esse destaque dado à experiência se põe em face da pequena ponte que me desafiei a atravessar, ao mostrar que essas ideias não ocorrem através de abstrações, mas são diretamente vinculadas à realidade e ao objeto externo.

No caso da ideia de espaço, no decorrer do texto, foi possível notar que ela é formada exclusivamente pelos pontos coloridos e tangíveis, ou seja, necessita drasticamente tanto da nossa percepção sensível como do objeto extenso em sua constituição. Com a ideia de tempo não é diferente, a percepção sensível e o objeto extenso são fundamentais em toda operação. Mesmo assim, como foi dito no percurso do trabalho, a duração implica uma elaboração um

---

<sup>3</sup> Max Jammer afirma: “(...) a estrutura métrica do espaço-tempo só pode ser estabelecida com base no uso de sinais luminosos e na relação de sucessão temporal.” (JAMMER, 2010, p. 26). Através dessa breve passagem é possível notar o quanto Hume foi engenhoso ao elaborar sua tese sobre o espaço e o tempo. Sua análise ultrapassa o campo filosófico, e apresenta grande coerência teórica com áreas afins, como, por exemplo, a física, aqui pontuada pelo físico e filósofo Max Jammer.

pouco mais complexa do que a formação da extensão. Isto é, na ideia de tempo é preciso que exista de fato uma sucessão de percepções para que o tempo seja por nós apreendido e notado.

Desse modo, torna-se evidente que tanto a extensão como a duração são concebidas fundamentalmente dentro da experiência, sendo as nossas percepções o meio pelo qual essas ideias se instauram dentro da mente. Alguns podem dizer que isso ocorre por uma abstração, mesmo assim, submetendo essa noção a uma análise pormenorizada, nota-se que a priori a experiência e o objeto extenso são a origem de toda a operação.

Sendo assim, todos que perpassaram mesmo que brevemente a filosofia de Hume, sabem que esse primeiro momento de apreensão da ideia é considerado como primordial pelo jovem filósofo empirista. Ora, nesse âmbito jamais é possível pressupor a abstração, e mesmo com essas ideias já postas na mente, essa abstração também não ocorre, a mente apenas se utiliza de qualidades inerentes à sua natureza para adequá-las ao nosso entendimento e à realidade cotidiana.

Finalmente, torna-se explícita a compreensão de que o intuito de David Hume se encontra em mostrar o importante papel que essas ideias exercem na organização formal da experiência e do próprio sujeito. Desse modo, é possível notar que o filósofo anseia por uma filosofia descritiva, ou seja, procura um teor filosófico que sempre intenta descrever a realidade com aquilo que ela mesma nos dispõe para a sua análise, não indo ao encontro a uma causa primeira, mas, sobretudo, à apropriação de uma gênese da experiência.

**BIBLIOGRAFIA**

BITTENCOURT, Rafael. Empirismo E Ceticismo A Partir Da Defesa Da Geometria Como Ciência Demonstrativa No Tratado Da Natureza Humana. *Revista Estudos Hum(e)anos*, v. 7, n. 1, 2019, p. 1-28,

CACHEL, Andrea. A Ideia De Espaço No *Tratado Da Natureza Humana* de Hume. *PHILOSOPHOS*, Goiânia, V. 22, N.1, jan./jun. 2017, p. 11-36,

\_\_\_\_\_. Acepções Do Tempo Em Hume. *Revista Estudos Hum(e)anos*, v. 8 n. 2, 2020, p. 100-121,

COVENTRY, Angela. *Compreender Hume*. Trad. Hélio Magri Filho. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

DELEUZE, Gilles. *Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Débora Danowski. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JAMMER, Max. *Conceitos de espaço – A História das Teorias do Espaço na Física*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2010.